



DOSSIÊ [COMUNICAÇÃO E DESIGUALDADES]

Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual em relação à política digital

Jen Schradie

Pós-doutoranda do Instituto de Estudos Avançados em Toulouse. Doutora em Sociologia pela Universidade de California-Berkeley. Estuda classes sociais, mídias sociais e movimentos sociais.

Resumo

A Ideologia do Vale do Silício faz parte de um “fundamentalismo de livre mercado”. Neste caso, porém, é um fundamentalismo de livre mercado em que a Internet inevitavelmente produziria formas mais democráticas de participação. Trata-se de um fundamentalismo de mercado livre incorporado na sociedade, nas corporações e outras instituições. E é um fundamentalismo de mercado livre amarrado ao neoliberalismo, já que tanto a Internet quanto a Ideologia do Vale do Silício cresceram simbioticamente com a ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas. Certamente, nem todos os que celebram a arquitetura não-hierárquica da Internet se alinham com a agenda neoliberal do capitalismo. Ainda, esta filosofia igualitária da Internet choca com as desigualdades de classe social em uma economia de livre mercado. Pessoas sem recursos caem por meio das fissuras digitais. A questão, então, é: quais vozes são parte desta plataforma política on-line e quais são deixadas de fora?

Palavras-chave: Vale do Silício; desigualdades de classe; política digital.

Abstract

Silicon Valley Ideology is part of a broader ‘free market fundamentalism’. In this case, though, it is a free market fundamentalism that the Internet inevitably produces more democratic forms of participation. It is a free market fundamentalism embedded in society, corporations and other institutions. And it is a free market fundamentalism tethered to neoliberalism, as both the Internet and Silicon Valley Ideology grew symbiotically with the rise of neoliberalism over the last few decades. Certainly, not everyone who celebrates the non-hierarchical architecture of the Internet aligns with the neoliberal agenda of capitalism. Still this egalitarian philosophy of the Internet clashes with social class inequalities in a free market economy. People without resources fall through the digital cracks. The question, then, is whose voices are part of this on-line political platform and who is left out?

Keywords: Silicon Valley; class inequalities; digital politics.

Um pressuposto crescente e amplamente assumido é que as tecnologias de comunicação digital permitem que os cidadãos comuns participem na política de forma mais fácil, ativa e direta do que em formas tradicionais. A Internet, neste sentido, desde blogs e posts de vídeo até mídias sociais e aplicativos móveis, rompe barreiras em relação à participação política. A ideia é que a Internet é um espaço democrático não-hierárquico onde as pessoas podem acessar, criar e atuar em informações políticas em uma gama mais ampla de atividades, seja como parte de campanhas eleitorais, petições on-line, ativismo digital ou mesmo mudança revolucionária. Neste pensamento, é cada vez mais o indivíduo que participa da política digital sem o envolvimento de um grupo cívico ou partido político. Em conjunto, isso cria um cenário mais democrático em que os indivíduos exercem liberdade de expressão em uma rede digital “em rede”, horizontal e participativa sem intervenção burocrática, organizacional ou estatal.

Chamo essa filosofia em torno da Internet de “Ideologia do Vale do Silício”¹, que tem proliferado juntamente com a difusão em massa de tecnologias de mídias sociais. A contradição nessa ideologia, no entanto, é que essas crenças institucionalizadas na participação política igualitária mascaram as realidades das desigualdades estruturais. A ideologia do Vale do Silício se baseia em teorias que desafiam a loucura dos mercados livres (Somers, 2008), o utopismo da Internet (Barbrook; Cameron, 1995) e a cidadania igualitária (Marshall, 1950).

A Ideologia do Vale do Silício faz parte de um “fundamentalismo de livre mercado”, que Somers (2008) descreveu como uma crença de que os mercados livres corrigem tudo. Neste caso, porém, é um fundamentalismo de livre mercado que a Internet inevitavelmente produziria formas mais democráticas de participação. Trata-se de um fundamentalismo de mercado livre incorporado na sociedade, corporações e outras instituições. E é um fundamentalismo

de mercado livre amarrado ao neoliberalismo, já que tanto a Internet quanto a Ideologia do Vale do Silício cresceram simbioticamente com a ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas.

Certamente, nem todos os que celebram a arquitetura não-hierárquica da Internet se alinham com a agenda neoliberal do capitalismo. Ainda, esta filosofia igualitária da Internet choca com as desigualdades de classe social em uma economia de livre mercado. Pessoas sem recursos caem através das fissuras digitais. A questão, então, é: quais vozes são parte desta plataforma política on-line e quais são deixadas de fora?

1. CIDADANIA DIGITAL COMO POLÍTICA, CIVIL E SOCIAL

Até os anos 1960, muitas cidades do sul dos EUA forçaram os eleitores a pagar impostos para votar e a fazer testes de alfabetização para desencorajar a votação. Embora alguns brancos da classe trabalhadora fossem excluídos, a intenção era impedir que os afro-americanos fossem às urnas. Como resultado, seus problemas e preocupações não estavam representados em conselhos e comissões municipais e legislaturas estaduais, nem nas eleições parlamentares e presidenciais. Mas o movimento pelos direitos civis era mais do que apenas o direito de voto ou a cidadania política (Marshall, 1950), e acabou por ser mais do que a cidadania civil, que Marshall descreveu como liberdades iguais e individuais sob a lei. Quando Martin Luther King, Jr. foi assassinado em Memphis, Tennessee, em 1968, ele estava apoiando a greve de trabalhadores da área de saneamento pela justiça econômica, um exemplo do que Marshall chamou de cidadania social. A luta política por todos esses direitos vai de mãos dadas com as divisões de classe social nas sociedades capitalistas: as contradições entre a desigualdade social e os direitos de cidadania são inevitáveis nas economias orientadas pelo mercado (Marshall, 1950).

Embora as urnas ainda sejam um espaço crítico em relação a todos os níveis de cidadania, muitas formas de atividade política se transformaram e se fundiram on-line em uma forma de política digital

via Internet e outras formas de novas tecnologias midiáticas. Notícias políticas, informações, debates, bem como formas de se comunicar com os políticos e engajarem-se em movimentos sociais e políticos – tudo isso acelerou e se espalhou em redes digitais. A política digital vai além das urnas em direção às noções mais amplas de cidadania de Marshall. No entanto, as desigualdades de classe social impedem muitos de exercer seus direitos de cidadania neste sistema digital, aberto apenas àqueles com acesso, conhecimento, trabalho e poder para usá-los.

A desigualdade digital, muitas vezes chamada de divisória digital, é uma maneira de falar sobre como alguns grupos de pessoas não têm os meios para usar a Internet, ou outras tecnologias digitais, na mesma proporção que os outros grupos. Embora raça, etnia, gênero e idade sejam fatores fortes na previsão do uso da Internet (Hargittai, 2008, Jones et al., 2009), as diferenças de classe social são as mais consistentes ao longo do tempo (Martin e Robinson, 2007; Schradie, 2012). Essas desigualdades de classe são persistentes no acesso à Internet e no consumo do conteúdo on-line, bem como na produção de conteúdos digitais (Correa, 2010; Hargittai e Walejko, 2008; Schradie, 2011). A desigualdade na política e no ativismo on-line não é diferente. Essas desigualdades de classe, então, geram uma lacuna em relação à política digital. Este texto traça essas diferenças.

As desigualdades estruturais nos Estados Unidos criam impostos virtuais para aqueles que não controlam os meios de produção digital nos espaços políticos on-line. As desigualdades políticas digitais não são deliberadas, como as táticas históricas e contemporâneas de supressão de eleitores, como a cobrança de impostos. Essas desigualdades de classe estão enraizadas e inextricavelmente ligadas ao capitalismo neoliberal (Couldry, 2010; Harvey, 2005; Somers, 2008). Este sistema econômico e político de liberdade e iniciativa pessoal promove a Ideologia do Vale do Silício do espírito empreendedor de individualização e atomização da Internet. Se você pode se puxar para cima por seus *bootstraps*² digitais, você

2_ Nota da tradução: *Bootstrap* significa criar sua *startup* usando somente recursos próprios sem a utilização do capital de investidores externos. A primeira entrada de capital vem dos primeiros clientes.

pode se envolver na política digital. Está frequentemente ausente da ideia de cidadania digital (por exemplo, Mossberger et al., 2008a) qualquer compreensão situada e estrutural da desigualdade digital. As pessoas são largadas em seus próprios dispositivos digitais, se eles os possuem, para participar da política on-line. A Internet como campo de jogo para o exercício dos direitos de cidadania faz parte do quadro neoliberal, mas a realidade é a exacerbação, e não a melhoria, das desigualdades políticas.

Em vez de causar diretamente a desigualdade digital, então, a Ideologia do Vale do Silício faz parte de um sistema neoliberal em evolução (Tugal, 2012), no sentido da conceituação fluida de Gramsci (2005) sobre como a economia, o Estado e a sociedade civil estão interligados e promovem ideologias hegemônicas. Nesse caso, então, o sistema neoliberal mais amplo cria e é sustentado pela desigualdade, e a Ideologia do Vale do Silício serve de justificativa para a segregação da exclusão da lacuna em relação à política digital.

2. ORIGENS DA IDEOLOGIA DO VALE DO SILÍCIO

O Vale do Silício, uma antiga área de cultivo de frutas no norte da Califórnia, é igualmente terreno fértil para as empresas que controlam as plataformas mais populares da Internet, como o Google e o Facebook. É também o lar da ideologia do Vale do Silício. Em 1995, Barbrook e Cameron criticaram a revista *Wired* por promover o que chamaram de Ideologia da Califórnia, que é um “dogma profundamente anti-estatista”. Eles argumentaram que a Califórnia encarna essa filosofia utópica da Internet do individualismo e do mercado livre, à custa das classes mais marginalizadas.

Eu me apoio nesta conceituação sobre o sonho da Internet na Califórnia, mas chamo de “Ideologia do Vale do Silício”, não apenas para especificar as sedes corporativas do neoliberalismo digital, mas também para expandir a definição para incluir o desenvolvimento de um apego institucionalizado à participação on-line não-hierárquica e horizontal. Com a proliferação de plataformas de mídias sociais nas últimas

1_ Para entender melhor as ideias teóricas por trás da ideologia do Vale do Silício, do neoliberalismo e de várias formas de cidadania, os seguintes livros são imprescindíveis: Marshall (1950), Somers (2008) e Turner (2006). Para achar bases sólidas sobre desigualdade política on-line, consulte os seguintes livros: Mossberger et al. (2008a), assim como Schlozman et al. (2010). Para entender as nuances da desigualdade digital, os seguintes artigos são úteis: Robinson (2009) e Sims (2014).

duas décadas, a Ideologia do Vale do Silício também difere da Ideologia da Califórnia com a adição crítica da massificação, institucionalização e corporativização de plataformas e dispositivos de tecnologia em rede. Em 1995, as elites digitais eram a maioria que utilizavam a internet, e a *Wired* era uma revista proeminente do nicho da ideologia de Califórnia. Mas 2006 marcou o alvorecer da difusão maciça de mídias sociais: o Twitter foi lançado; o Google comprou o YouTube; o Facebook tornou-se disponível para o público em geral; e a *Time Magazine* nomeou “você” como a pessoa do ano para participar deste sistema de produção de conteúdo on-line. Isso representava uma transição rumo a práticas públicas difundidas, ainda assim classificadas. Contudo, criticamente, essas práticas digitais públicas também se tornaram conectadas a instituições corporativas e da sociedade civil, habilitadas pelas mãos do Estado neoliberal. Por exemplo, desde então, muitos movimentos políticos abraçaram e celebraram as tecnologias digitais, desde os protestos antiglobalização até a Primavera Árabe. Muitas empresas de tecnologia tornaram-se as mais valorizadas no mundo, como a Apple, e os governos, especialmente nos Estados Unidos, mantiveram a economia digital livre de impostos e regulamentos. Em outras palavras, uma ideia de participação igualitária tornou-se uma ideologia, à medida que se tornou incorporada em práticas e instituições difusas de mídias sociais. Isso não quer dizer que todas essas práticas digitais tenham sido não-hierárquicas, apenas que o uso de mídias sociais tem sido amplamente difundido e que o uso delas está amarrado à crença na articulação horizontal.

A era digital tem sido muitas vezes chamada de uma sociedade em rede de indivíduos (Benkler, 2006; Castells, 2010; Raine; Wellman, 2012). Uma parte crítica deste argumento é que a arquitetura da Internet é horizontal e não-hierárquica. A implicação, portanto, é que o próprio artefato conteria a política da participação democrática (Winner, 1980). Outros afirmam que a tecnologia molda mais diretamente as liberdades políticas e a democracia (Pool, 1983), que é uma forma de determinismo tecnológico. Por outro lado, alguns estudiosos e jornalistas têm apontado como a propriedade corporativa da Internet e as características capitalistas (Fuchs,

2013; McChesney, 2013; Morozov, 2011) estão contra reivindicações democráticas. O que está faltando em todos esses argumentos, no entanto, é que isso depende, em última análise, se as pessoas podem e participam on-line. Enquanto a maioria dos teóricos das mídias digitais reconhece a existência de desigualdades, a ênfase está nas facilidades gerais das tecnologias digitais. A Internet, por sua concepção em rede e não-hierarquizada, pressupõe que as pessoas já estejam conectadas, envolvidas e tenham habilidades, práticas e apoio social, político e econômico para serem cidadãos digitais ativos. No entanto, no centro de qualquer rede digital não-hierárquica, as elites digitais, são *early adopters*³, possuem mais recursos e dominam a esfera pública digital. Uma sociedade neoliberal em rede privilegia o usuário individual, deixando-o até as circunstâncias pessoais de alguém a respeito se esse indivíduo tem ou não os recursos e motivação para se engajar na política digital.

Homônimo à ideologia do Vale do Silício, a área mais ampla da Baía de São Francisco desempenhou um papel nesta ideologia. Turner (2006), em seu relato histórico sobre as origens políticas e culturais da Internet, relatou como o Novo Movimento Comunalista, como parte do movimento contracultura hippie de São Francisco nos anos 1960 no norte da Califórnia, gerou comunidades de Internet participativas, incluindo o *WELL*, um antigo e influente fórum de discussão on-line. Turner discordou dos argumentos de Barbrook e Cameron e do entendimento popular de que a Nova Esquerda e outros movimentos radicais inspiraram o tecnoutopismo. Turner explicou que, embora ambos os movimentos rejeitassem a hierarquia, foram os Novos Comunalistas que também desafiaram a ordem burocrática com o uso das tecnologias colaborativas, em vez de rejeitarem completamente o complexo técnico-militar-industrial. De acordo com Turner, a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética inspirou a juventude dos anos 1960, que se tornou pioneira na Internet, especialmente Stuart Brand, co-fundador do *WELL*: “a libertação do indivíduo era simultaneamente um ideal americano, um imperativo evolutivo e, para

3_ Nota da tradução: *Early Adopters* são pessoas que começam a utilizar um produto ou tecnologia assim que ficam disponíveis.

Brand e milhões de outros adolescentes, uma meta pessoal premente” (Turner, 2006: 45).

E, de fato, a cultura de hackers da *Advanced Research Projects Agency* (DARPA), a origem militar da Internet, influenciou essa crença de que os indivíduos podem criar criativamente um sistema tecnológico interconectado mais acessível, como o hacker Bill Joy, da Universidade da Califórnia-Berkeley, que co-fundou a Sun Microsystems (McKusick, 1998).

Esta ideologia pós-fordista de sistemas distribuídos e não-burocráticos teve uma forte tendência libertária. Os evangelistas, corporativos ou não, da Internet promoveram o modo como todos nós podemos ser nós mesmos, comunicarmos, fazermos *networks*, compartilharmos informações e até nos engajarmos em ação política on-line sem interferência do Estado. Ainda assim, os proponentes dos aspectos não-hierárquicos em rede da Internet têm várias orientações políticas e não são todos adeptos de cada faceta do neoliberalismo. De fato, grande parte dos estudos sobre as características não-hierárquicas da Internet não vem de pensadores conservadores. Nele reside a contradição inerente à Ideologia do Vale do Silício; ou talvez, então, seja Ideologia do Vale do Silício. Por um lado, há a crença democrática na igualdade diversificada e ampla participação na esquerda política. Por outro lado, a democracia da direita política enfatiza o livre mercado e as liberdades individuais. A Internet atravessa essa divisão política, assim como a Ideologia do Vale do Silício, e é onde as teorias mais deterministas tecnológicas do espectro de *affordances* fracassam. *Affordances* são o que um objeto permite que pessoas ou sistemas façam. O conceito de *affordances* pode levar em conta as diferenças sociais, assim como uma arquitetura da Internet pode implorar por mais igualitarismo, mas também pode-se confiar em um individualismo que cria desigualdades?

A ideologia do Vale do Silício não é uma simples orientação política de esquerda ou de direita, nem é simplesmente uma crença nessas ideias. Faz parte de uma articulação mais ampla, ou conexão, entre Estado, economia e sociedade neoliberais. Em vez de flutuar em seu próprio espaço democrático, o Vale do Silício está embutido em práticas cotidianas que

estão cheias de contradições políticas.

A Internet é muitas vezes interpretada como uma declaração geral de algo mais democrática. A questão permanece: mais democrática em relação a quê? O Outro, nesta avaliação repetida muitas vezes, é uma mídia *mainstream* de um para muitos. Certamente, uma Internet tem plataformas de mídias sociais para uma comunicação mais participativa e, portanto, mais democrática que os meios de comunicação tradicionais. Com outros formatos políticos, como as interações com o Estado ou com os movimentos sociais, a reivindicação da Internet como sendo mais democrática torna-se muito mais confusa devido à lacuna em relação à política digital.

3. OS MITOS DA DESIGUALDADE DIGITAL

O que é preciso para alguém participar em qualquer tipo de atividade política on-line? Vou explicar o conjunto da pesquisa sobre como política convencional, bem como o ativismo digital, ou ação coletiva on-line, cruzam as desigualdades. Em primeiro lugar, porém, é essencial abordar alguns dos principais mitos em relação à divisória digital, a fim de compreender melhor a qualidade dos mecanismos da lacuna em relação à política digital.

3.1. Mito # 1: A divisória digital acabou

Três argumentos são frequentemente utilizados para o reforço de um mito de que como desigualdades digitais, ou, neste caso, como lacunas da política on-line, são ou estarão em breve acabados nos Estados Unidos: em primeiro lugar, como as diferenças digitais são simplesmente um efeito retardado como um processo de difusão; em segundo lugar, os nativos digitais substituirão completamente os antigos não-usuários; e em terceiro lugar, uma desigualdade digital é apenas um problema do Terceiro Mundo. Os dados, entretanto, mostram o contrário.

Com uma lente de microeconomia baseada no mercado, uma história comum de adoção da Internet se relaciona a um modelo de um indivíduo fazer uma escolha racional se quer ou não estar on-line. Eventualmente, a história de difusão irá para frente

e todos estarão mesmo usando a Internet. De fato, a adoção da Internet tem seguido o caminho tradicional da difusão tecnológica (Rogers, 1962). Primeiro, um pequeno grupo de primeiros adeptos ligados à elite começou a usar a Internet na década de 1990. Então, mais e mais pessoas entraram on-line através da saturação do mercado à medida que os custos caíam e a utilidade subia. Ainda assim, em 2011, 94 por cento dos americanos com formação universitária usavam a Internet, mas apenas 43 por cento das pessoas sem ensino médio estavam on-line, e 62 por cento das pessoas que ganhavam menos de US\$ 30 mil por ano estavam on-line, enquanto 97 por cento daqueles que ganham mais de US\$ 75 000 usaram a Internet. Simplesmente, um em cada cinco adultos americanos não usava a Internet (Zickuhr; Smith, 2012). Para muitos desses “usuários tardios”, não é simplesmente uma escolha racional e individual sobre se deve ou não entrar on-line. As restrições de conectividade e custos de hardware, bem como habilidades digitais limitadas e alfabetização, impedem que as pessoas estejam on-line consistentemente.

90 Por exemplo, Robinson (2009) rastreou estudantes de baixa renda e descobriu que um quarto dos estudantes do ensino médio em seu estudo estavam on-line menos de uma hora por semana e lutavam para encontrar e chegar a computadores disponíveis publicamente, em bibliotecas.

No entanto, alguns argumentam que é apenas uma questão de tempo até que a desigualdade digital desapareça ao longo da curva de adoção devido às forças do mercado (por exemplo, Compaine, 2001), e outros afirmam que essas desigualdades não são consequentes. As taxas diferenciais de conectividade com a Internet neste modelo são esperadas inicialmente, já que qualquer inovação tecnológica tem um pequeno grupo de usuários iniciais (Fischer, 1992). No entanto, supõe-se que as lacunas diminuam ao longo do tempo numa curva “S” típica, o que tornaria a desigualdade digital simplesmente um efeito retardado. Os usuários adiantados tendem a surgir das camadas privilegiadas, mas de acordo com modelos da difusão, eventualmente todos irão alcançá-los. Outros, porém, desafiam esse modelo preditivo, uma vez que as taxas de difusão da conectividade na Internet são dramaticamente mais lentas

para os níveis de renda mais baixos nos EUA (Martin; Robinson, 2007). Além disso, ao contrário da eventual adoção generalizada de televisões e telefones, as plataformas de Internet não se limitam ao acesso e à propriedade de uma tecnologia, mas também à participação e à produção de conteúdos on-line. Para a Internet, não é apenas uma questão de persistência das lacunas de acesso à Internet, à medida que novos aparelhos ou plataformas de mídias sociais, especialmente para a produção de conteúdo, continuam a surgir. Isso deixa os americanos mais pobres em uma esteira, nunca capaz de recuperar o atraso.

Outra controvérsia é que, uma vez que as pessoas mais velhas e menos ligadas morrem, então a divisão digital acabará, à medida que os nativos digitais mais novos assumirão o controle. Bem, não completamente. Certamente, os jovens estão on-line mais do que os de gerações mais velhas (por exemplo, Lenhart et al., 2007), e os jovens são mais propensos a participar na política on-line do que as gerações mais velhas (Mossberger et al., 2008a). De fato, uma pesquisa estudou como a divisão digital desapareceu, contudo analisou somente a juventude, com amostra de pessoas que já estavam conectadas (Cohen; Kahne, 2012). Mas as divisões de classe persistem entre escalões etários e tipos de atividades on-line. Por exemplo, mesmo entre as pessoas que estão on-line, as lacunas de blogs não se fecham ao longo do tempo entre o ensino médio e os americanos com formação universitária (Schradié, 2012). E mesmo no início de suas vidas on-line, os jovens de origens mais marginalizadas têm práticas digitais diferentes e menos benéficas do que suas contrapartes mais ricas (Robinson, 2009; Sims, 2014).

Outra alegação que é feita para mostrar que a desigualdade digital não é consequente nos Estados Unidos ou outros países mais desenvolvidos é comparar as taxas de uso da Internet com os países menos desenvolvidos. Sim, a divisão é rígida entre o Norte e o Sul globais. Por exemplo, em 2013, 77 por cento dos europeus tinham acesso à Internet, enquanto apenas 7 por cento dos africanos estavam on-line, embora os Estados Unidos, por exemplo, foi o país classificado em décimo quarto em relação à banda larga per capita (Telecommunication

Development Bureau, 2013). Certamente, as lacunas são maiores no Sul Global, mas isso não significa que todos no Norte Global tenham acesso. As diferenças entre elites e não-elites são consistentes ao longo do tempo nos Estados Unidos (Witte; Mannon, 2010). Enquanto a desigualdade digital é mais pronunciada nos países em desenvolvimento, as diferenças de classe persistem em países como os Estados Unidos devido às desigualdades estruturais inerentes aos sistemas econômicos neoliberais, especialmente aqueles com menos apoio social aos pobres.

3.2. Mito # 2: A divisória digital é uma divisão

A desigualdade política on-line não é uma simples divisão entre aqueles que têm qualquer nível de acesso à Internet e aqueles que não o possuem completamente, ou entre aqueles com acesso de banda larga e aqueles sem. Estas são questões do consumo de conteúdos digitais. A desigualdade também se baseia na produção de conteúdo on-line (Correa, 2010; Hargittai; Walejko, 2008; Schradié, 2011). A produção se relaciona à criação de blogs, vídeos do YouTube e tweets, por exemplo. Na verdade, é esta participação on-line mais ativa e autêntica que é a marca de sua voz política dentro da ideologia neoliberal do Vale do Silício. Publicar conteúdo político é fundamental para expressar suas opiniões. Enquanto alguns vêm um borrar de fronteiras entre produção e consumo (Ritzer; Jurgenson, 2010), esta divisão não é tão “borrada” para os pobres e a classe trabalhadora, que estão muito menos propensos a terem participação na criação de conteúdo.

As pesquisas que examinaram a população adulta em geral descobriram a desigualdade na produção digital entre pessoas com graus educacionais mais avançados e com menos educação. Mesmo entre as pessoas on-line com acesso à Internet, as lacunas de produção persistem. Hargittai and Walejko (2008) descobriram que as origens da classe social afetam a criação de conteúdo on-line e off-line.

Uma variedade de fatores leva a uma lacuna de produção digital entre elites e não-elites. Uma razão principal para esta desigualdade é não ser capaz de controlar os meios de produção digital. Mais impor-

tante para a produção de conteúdos digitais do que o acesso em banda larga é o número de aparelhos que uma pessoa possui (Schradié, 2011). Trata-se de saber se você tem um computador de mesa compartilhado entre várias famílias, ou se as pessoas em uma casa têm aparelhos individuais para usarem à vontade. Ter acesso on-line em uma variedade de locais (ou seja, casa, trabalho, celular) e possuir muitos aparelhos permite que as pessoas tenham altos níveis de autonomia para controlar os meios de produção política digital e criação de conteúdo. Possuir um telefone celular não é suficiente. As pessoas que têm acesso autônomo em vários lugares são mais propensas a criar conteúdo (Hargittai, 2007; Hassani, 2006; Schradié, 2011), e são as pessoas com níveis de ensino superior que têm controle sobre suas práticas de trabalho digital. Conceber a Internet como um espaço para a produção de trabalho (Fuchs, 2013; Terranova, 2000) lança luz sobre o fato frequentemente ignorado, mas intuitivo, de que as pessoas que não têm um excedente de tempo não estão produzindo conteúdo na mesma proporção que outras.

Outros fatores para a desigualdade de produção de conteúdo digital são as variações nas habilidades ou níveis de confiança no uso de tecnologias digitais (Correa, 2010; Hargittai, 2009; Van Deursen; Van Dijk, 2011). Mas, como Sims (2014) apontou, ter acesso e habilidades nem sempre leva aos mesmos níveis de práticas digitais. Simplificando, há muitas pessoas cujas vozes estão consistentemente ausentes de discussões políticas na esfera do Twitter.

Enquanto o termo “desigualdades” é uma descrição apropriada para uma série de habilidades, práticas, conectividade ou *gadgets*, o que permanece é uma divisória digital singular ao longo do tempo: uma lacuna política on-line baseada na classe social com quase todas as medidas de engajamento on-line.

3.3. Mito # 3: Lacunas de raça desapareceram

Por um lado, as práticas de cidadania digital dos afro-americanos podem ser vistas como uma história de sucesso. Os africano-americanos que estão on-line são muitas vezes mais propensos a usar mídias sociais do que brancos. Por exemplo, uma

proporção maior de negros do que brancos estão on-line tuitando (Hargittai; Litt, 2011). No entanto, o que muitas vezes falta neste discurso é que os negros ainda são menos propensos a estar on-line em primeiro lugar. Os negros são mais propensos do que os brancos a produzir conteúdo, como blogar a uma taxa duas vezes maior do que os brancos, se eles já estiverem on-line, mas em geral, são menos propensos a consumir conteúdo ou simplesmente ter acesso à Internet (Schradie, 2012). Os pobres afro-americanos raramente conseguem ver o que os afro-americanos de elite publicam on-line, nem produzem conteúdo por si mesmos.

De fato, uma fraqueza na literatura sobre a desigualdade digital é o fracasso em estudar adequadamente aqueles que não estão on-line. Embora seja impossível relatar o uso da Internet entre pessoas que não têm acesso, fazer afirmações sobre igualdade racial ou de classe com base apenas no que as pessoas estão fazendo on-line é impreciso, na melhor das hipóteses, uma vez que marginaliza e cria preconceitos sobre as pessoas que não estão incluídas nos resultados da pesquisa.

Um mito relacionado a respeito da comunidade afro-americana é que não há divisória digital porque eles brincando de “pula sela”⁴. Este é um conceito que muitas vezes é usado para descrever as pessoas, geralmente em países em desenvolvimento, que nunca tiveram telefones fixos ou computadores de mesa por causa da falta de infraestrutura, mas são capazes de “saltar” essas tecnologias com dispositivos móveis, por exemplo. Mas o efeito do salto global é mais mito do que realidade (Howard, 2007), então mesmo que os afro-americanos sejam mais propensos do que os brancos a ter um *smartphone*, como a socióloga Shelia Cotton perguntou: “Você poderia digitar um artigo de 10 páginas em seu celular?”⁵ Por mais *smart* que seja, aparelhos mais novos, mais pequenos e mais esbeltos, como *tablets*, são mais projetados para o consumo do que para produzir e participar com conteúdo político on-line (Jarvis, 2010). Certamente, muitas pessoas tuitam e postam atuali-

zações de status com seus telefones, mas, dispositivos móveis não são sempre *smart*, nem substituem a gama de aparelhos que a elite política usa.

Em outras palavras, enquanto a sociedade americana é bastante racializada, há também fortes divisões de classe, ou a falta de igualdade na cidadania social. Mesmo que todos tivessem acesso a um laptop, *tablet* ou *smartphone*, outros níveis de desigualdades de classe persistiriam. As lacunas variam por meio digital, mas também pelo que as pessoas fazem com esse meio. Elas estão simplesmente consumindo conteúdo político, ou estão participando de políticas e movimentos sociais on-line, ou são talvez produtores *heavy* de conteúdo político multimídia? A próxima seção traça uma pesquisa sobre a desigualdade de classe tanto em relação à política eleitoral quanto à ação coletiva on-line. Para o cidadão individual em uma economia de mercado, que pode não ter os meios para estar on-line ou participar ou produzir on-line, envolver-se na política digital nem sempre pode ser viável. O resultado é um imposto virtual e um teste de literacia/alfabetização digital.

4. A LACUNA EM RELAÇÃO À POLÍTICA DIGITAL

Algumas das maneiras pelas quais os pobres e as pessoas da classe trabalhadora são negadas à plena cidadania cívica e política usando a Internet está enraizada no que os teóricos celebram como o potencial participativo da Internet (Jenkins, 2006; Negroponte, 1995; Rheingold, 1993). Apesar de a Internet ser aclamada como um espaço não-hierárquico de participação política aberto às massas, persistem diferenças entre os que participam da política digital e os que não o fazem (Neuman et al., 2010), criando uma lacuna em relação à política digital.

As pesquisas sobre como a desigualdade mapeia a política digital geralmente se concentram em como os indivíduos participam da política eleitoral dominante, desde a aprendizagem sobre as candidaturas on-line até o envio de informações políticas a amigos, ou contatando funcionários on-line para fazer contribuições para campanha (Mossberger et al. 2008a; Mossberger et al., 2003; Norris, 2001; Schlozman et

al., 2012; Smith, 2013). Smith (2013) encontra divisões de classe social na atividade política em mídias sociais. Dadas as lacunas on-line baseadas em classes, tanto no consumo quanto na produção, essas desigualdades fazem parte do espaço político digital. Hindman (2009) descobriu que o conteúdo político on-line é produzido principalmente por elites, e como Mossberger et al. (2008a, p. 50) observou, “as disparidades existentes são simplesmente replicadas no ciberespaço”. As elites políticas podem aproveitar melhor as ferramentas digitais (Jennings; Zeitner, 2003; Margolis; Resnick, 2000). Outros estudiosos, entretanto, argumentam que há uma expansão das desigualdades na era digital à medida que mais atividade política se torna on-line (van Dijk, 2005; di Gennaro; Dutton, 2006). Contudo, há um consenso geral de que os pobres e a classe trabalhadora são menos propensos a participar na política eleitoral on-line do que aqueles com níveis de educação e renda mais elevados.

O imposto virtual se estende além da política eleitoral. A maior parte das pesquisas sobre a desigualdade na participação política digital focaliza o indivíduo como unidade de análise. Os pesquisadores na área de desigualdade muitas vezes perguntam alguma variante de “qual é a probabilidade de indivíduos de uma determinada classe (ou raça ou gênero) se envolverem na política digital?” Mas a cidadania cívica e política também engloba o protesto e a organização da sociedade civil. Outra maneira de examinar desigualdades estruturais e política digital, portanto, é do ponto de vista da ação coletiva, ou ativismo digital. Earl e Schussman (2003) argumentam que o ativismo digital trata de usuários individuais protestando, em vez de membros de organizações⁶. Muitos estudos examinaram o indivíduo em relação ao ativismo digital. As pessoas com mais renda e educação têm maior probabilidade de participar de atividades on-line de engajamento cívico (Brodock et al., 2009; Smith, 2013). “A Internet é utilizada principalmente pelos mais instruídos e os que têm um emprego tempo integral, com muito interesse na política e com mais experiência em manifestações

prévias” (Van Laer, 2010, p.356). Em um estudo de caso, Le Grignou e Patou (2004) descobriram que a organização on-line simplesmente reforça hierarquias societárias em relação a especialistas. Na verdade, eles afirmam que as ferramentas eletrônicas ainda ajudam a aumentar as diferenças entre especialistas e não-especialistas.

Pesquisas sobre organizações de movimentos sociais, entretanto, também desafiaram mais diretamente a atomização neoliberal de propensões individualistas. Mas os resultados são os mesmos. Os grupos ativistas com menos recursos tendem a usar ferramentas da Internet, incluindo plataformas de mídias sociais, menos do que organizações com mais recursos (Eimhjellen et al., 2013; Merry, 2011; Schrادية, 2013). Algumas organizações tentam incluir pessoas sem acesso por ter materiais off-line disponíveis, ou mesmo por vezes fornecendo tecnologias digitais para ativistas sem acesso (Pickerill, 2003).

Em 2001, Norris argumentou que os movimentos políticos dos que não têm poder poderiam aproveitar potencialmente o poder da Internet para a mudança social. Outros afirmam que as desigualdades sociais impedirão que comunidades mais marginalizadas usem a Internet para desafiar os que estão no poder político (Tilly, 2004; Warf; Grimes, 1997), já que as elites também têm acesso à Internet (Donk et al., 2004; Dordoy; Mellor, 2001). Em outras palavras, se a Internet é uma arma da elite (Schlozman et al., 2010), como os fracos poderiam ganhar se tivessem acesso a menos armas?

Os dados até agora não mostram que a Internet pode superar desigualdades políticas off-line e aumentar a participação. Muito parecido com a tese de lacuna de conhecimento (Eveland; Scheufele, 2000, Tichenor et al., 1970, Tolbert; McNeal, 2003), o consenso é que as lacunas na participação política persistem e não se estreitam na era digital. Alguns sugerem que a Internet pode aprofundar as desigualdades (van Dijk, 2005), e não simplesmente refletir e reproduzir a desigualdade. No entanto, estudos comparativos são escassos na área. Certamente, a Internet é uma arquitetura muito mais aberta do que os *gatekeepers* dos conselhos municipais, que podem

4_ Nota da tradução: A palavra *leapfrogging* refere-se à brincadeira que – no Brasil – é reconhecida como “pula sela”.

5_ Apresentação na American Sociological Society Annual Meeting, Las Vegas, NV, August 22, 2010.

6_ Isso também amplia o argumento de Skocpol sobre a tendência de grupos cívicos, na metade do último século, de organizações de defesas baseadas em membros.

restringir a votação. Ainda assim, as desigualdades estruturais nos espaços on-line resultam em impostos amplos além da cabine de votação. A cidadania social, então, está em jogo na era digital.

5. NEOLIBERALISMO, IMPOSTO VIRTUAL E CIDADANIA

A ascensão da Internet não só coincidiu com a ascensão de desenvolvimentos tecnológicos, mas também tem paralelo com o surgimento de políticas e economias neoliberais, baseadas no mercado (Hassan, 2008), nas quais os direitos individuais estão no centro da ideologia neoliberal. No entanto, as sociedades de bases capitalistas não se baseiam nas forças individuais, mas sim nas forças hegemônicas que ligam o mercado, o Estado e a sociedade civil (Gramsci, 2005, Harvey, 2005; Somers, 2008). No entanto, parte da Ideologia do Vale do Silício é manter as mãos do Estado fora da Internet e não intervir, censurar ou monitorar as atividades pessoais da Internet. No entanto, esta filosofia está em conflito com qualquer apoio do Estado para a plena cidadania social, de Internet ou de outra forma. A cidadania em uma era neoliberal da política digital muitas vezes marginaliza os pobres e a classe trabalhadora, resultando em uma lacuna em relação à política digital.

As plataformas de Internet que a maioria dos americanos usam, embora abram inicialmente sua arquitetura e seu design, agora são, em sua maioria, de propriedade, controladas e modificadas por corporações (Fuchs, 2013; McChesney, 2013; Youmans; York, 2012). Esta é a ironia da Ideologia do Vale do Silício: a crença no indivíduo como agente primário, mas as instituições, especialmente as empresas, continuam dominando. Por isso, estendo o argumento de Somers sobre como o “fundamentalismo de mercado” criou “um número cada vez maior de pessoas que perderam uma participação significativa na sociedade civil e na comunidade política – o que confere reconhecimento e direitos – através de um processo de contratualização e mercantilização da cidadania” (Somers, 2008, p. 118). Argumento que a Internet só acelerou esse processo de perda de direitos de cidadania para pessoas de classes mais baixas

devido à desigualdade digital. Os impostos virtuais envolvem custos de capital, trabalho, tempo, educação, informação, motivação e outras restrições de classe que bloqueiam a participação on-line na política para os pobres e a classe trabalhadora.

Os impostos foram intencionalmente direcionados para impedir que as pessoas votassem. A Internet, apesar da comercialização de várias plataformas on-line, é o oposto: seu design e arquitetura não se destinam a restringir, mas a expandir a participação. A conexão entre a Internet e os impostos é a ideologia de livre mercado, livre discurso e “mercado de ideias” do Vale do Silício: a própria Internet não tem constrangimentos, como impostos históricos ou testes de alfabetização, na restritiva participação política. Na realidade, porém, por causa de sua arquitetura neoliberal que não dissolve os limites de classe, não é inteiramente democrático (Harvey, 2005). Assim, neste sentido, o imposto é realmente “virtual”. Exclui-se de forma invisível, enquanto que os impostos anteriores eram um meio ativo e muito visível de exclusão.

Então, o que dizer sobre a cidadania e a desigualdade digital? O termo “cidadania digital” (Mossberger et al., 2008b) descreve adequadamente as maneiras pelas quais as pessoas usam e não podem usar as tecnologias digitais para o engajamento político. Ausente deste conceito de cidadania de Marshall, trata-se de como o digital é parte de um sistema econômico e político mais amplo, e não apenas uma prática comunicativa na política dominante. O sistema neoliberal baseado no mercado é o que impede a igualdade na política digital. As conexões entre cidadania, classe, Estado e economia estão inextricavelmente ligadas ao neoliberalismo. Não podemos desvincular o digital da sociedade e a sociedade do digital.

Marshall e Somers teorizaram que a cidadania e a classe têm uma tensão não-resolvida em economias de mercado. Eu estendo isso para a era digital: com a Internet, se você está conectado, em sentido amplo, você pode se envolver com certos níveis de cidadania política e cívica. Caso contrário, a cidadania social, baseada em “falhas” de mercado, deixa você off-line politicamente: com o fracasso de tornar o acesso à Internet disponível para todos, há a falha de dar às

pessoas tempo de lazer suficiente para participar on-line e a falha de dar às pessoas educação e capital suficientes para participarem politicamente on-line.

Enquanto a maior parte da Internet, em geral, e as ferramentas de mídias sociais, em particular, foram construídas para fins comerciais, elas ganharam, secundariamente, significância política como espaços de discussão e ação política. No entanto, como Schattschneider apontou em 1960, “a falha no céu pluralista... é que o coro celestial canta com um forte sotaque da classe alta” (Schattschneider, 1960, p. 35). Essas desigualdades estruturais antecedem a Internet, bem como antecedem a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980. No entanto, essas lacunas são quase mais difíceis de identificar, uma vez que estão escondidas sob o verniz da Ideologia do Vale do Silício. À medida em que a Internet e suas desigualdades marginalizam certas classes de pessoas, são menores os trabalhos insidiosos das elites voltados para a supressão política, como impostos e testes de alfabetização, mas sim a continuação e exacerbação da desigualdade que persiste e se amplia on-line. A política digital não é a panaceia para as limitações de uma democracia (neo)liberal. Esta ideologia, então, faz mais do que mascarar a lacuna em relação à política digital. Muitas vezes em linguagem emancipatória e igualitária, a Ideologia do Vale do Silício perpetua e reproduz ativamente as desigualdades.

6. PESQUISAS FUTURAS SOBRE A LACUNA EM RELAÇÃO À POLÍTICA DIGITAL

Qualquer pesquisa sobre política e Internet, especialmente envolvendo questões e reivindicações da democracia digital, deve reconhecer, no mínimo, vários níveis de desigualdades digitais. Em mais do que uma nota de rodapé, os sociólogos, os estudiosos da comunicação e outros pesquisadores da Internet precisam reconhecer as limitações do estudo de elites digitais ou mesmo simplesmente aqueles com conectividade consistente. Questões como os efeitos da política digital sobre os “desconectados” ou como o ativismo e as desigualdades digitais se cruzam são apenas duas das muitas maneiras pelas quais a pesquisa pode se expandir na área da desigualdade política digital. Esta linha de pesquisa pode levar a ques-

tões mais amplas de poder que desafiam a Ideologia do Vale do Silício. Precisamos também de uma pesquisa comparativa mais precisa sobre se a era digital pode ou não melhorar, exacerbar ou reproduzir desigualdades políticas específicas.

Além disso, a compreensão sobre desigualdade de classe, e qualquer interseção com raça, etnia ou gênero, é particularmente essencial com qualquer análise de *Big Data*. As enormes redes de informações de repositórios digitais, como plataformas de mídias sociais, tornaram-se uma mina de ouro para pesquisadores de comunicação política. Mas reivindicações generalizáveis para esse dilúvio de dados são limitadas por aqueles que não criam conteúdo on-line ou produzem muito pouco. Essencialmente, a *Big Data* é muito pequena.

Finalmente, as análises da política digital e desigualdade precisam ser ancoradas em construções teóricas, com vista à compreensão das conexões entre Estado, economia e sociedade civil. Sem entender as questões mais amplas de como a sociedade opera em relação ao poder e à desigualdade, qualquer afirmação em relação ao efeito da Internet sobre a política é um argumento feito no vácuo, não na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARBROOK, R.; CAMERON, A. **The California Ideology**. Mute Magazine, August, 1995.
- BENKLER, Y. **The Wealth of Networks**. New Haven, CT: Yale University Press, 2006.
- BLOCK, W. The ‘Digital Divide’ is Not a Problem in Need of Rectifying. **Journal of Business Ethics**, V. 53, N. 4, 393–406, 2004.
- BRODOCK, K.; JOYCE, M.; ZAECK, T. **Digital Activism Survey Report**. Boston, MA: DigiActiv, 2009.
- CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. Chichester: Blackwell Publishing, 2010.
- COHEN, C.J.; KAHNE, J. **Participatory Politics: New Media and Youth Political Action**. Los Angeles, CA: MacArthur Research Network on Youth and

Participatory Politics, 2012.

COMPAINÉ, B. **The Digital Divide: Facing a Crisis or Creating a Myth?** Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

CORREA, T. The Participation Divide Among 'On-line Experts': Experience, Skills and Psychological Factors as Predictors of College Students' Web Content Creation. **Journal of Computer-Mediated Communication**, V. 16, N. 1, 71–92, 2010.

COULDRY, N. **Why Voice Matters: Culture and Politics After Neoliberalism.** London: Sage Publications, 2010.

DI GENNARO, C.; DUTTON, W. The Internet and the Public: On-line and Off-line Political Participation in the United Kingdom. **Parliamentary Affairs**. V. 59, N. 2, 299–313, 2006.

DONK, W.B.H.J. Van; LOADER, B.D.; NIXON, P.G.; RUCHT, D. Introduction: Social Movements and ICTs. In: **Cyberprotest: New Media, Citizens and Social Movements.** London, UK and New York, USA: Routledge, 2004, p. 1-22.

DORDOY, A.; MELLOR, M. Grassroots Environmental Movements: Mobilisation in an Information Age. In: WEBSTER, F. (ed.), **Culture and Politics in the Information Age: A New Politics.** London: Routledge, 2001, p. 167-182.

EARL, J.; SCHUSSMAN, A. The New Site of Activism: On-Line Organizations, Movement Entrepreneurs, and the Changing Location of Social Movement Decision-Making. **Research in Social Movements, Conflict, and Change**, 24, 155–187, 2003.

EIMHJELLEN, I.; WOLLEBÆK, D.; STRØMSNES, K. Associations On-line: Barriers for Using Web-Based Communication in Voluntary Associations. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, 123, 2013.

EVELAND, W.P.; SCHEUFELE, D. Connecting News Media Use with Gaps in Knowledge and Participation. **Political Communication**. V. 17, N. 3, 215–237, 2000

FISCHER, C.S. **America Calling: A Social History of the Telephone to 1940.** Berkeley, CA: University of California Press, 1992.

FUCHS, C. Class and Exploitation on the Internet. In: SCHOLZ, T. (org.). **Digital Labor: The Internet as Playground and Factory.** New York: Routledge, 2013, p. 211-224.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci.** New York: International Publishers, 2005.

GRIGNOU, B. Le; PATOU, C. ATTAC(k)ing Expertise: Does the Internet really Democratize Knowledge? In: **Cyberprotest: New Media, Citizens, and Social Movements.** London, UK and New York, USA: Routledge, 2004, p. 145-158.

HARGITTAI, E. Whose Space? **Journal of Computer-Mediated Communication**, V. 13, N. 1, 2007.

HARGITTAI, E. The Digital Reproduction of Inequality. In: GRUSKY, D. (org.). **Social Stratification.** Boulder, CO: Westview Press, 2008, p. 936-944.

HARGITTAI, E. **Skill Matters: The Role of User Savvy in Different Levels of On-line Engagement.** July 1, Cambridge, MA: Berkman Center for Internet and Society, 2009.

HARGITTAI, E.; LITT, E. The Tweet Smell of Celebrity Success: Explaining Variation in Twitter Adoption among a Diverse Group of Young Adults. **New Media and Society**. V. 13, N. 5, 824–842, 2011.

HARGITTAI, E.; WALEJKO, G. The Participation Divide: Content Creation and Sharing in the Digital Age. **Information, Communication and Society**. V. 11, N. 2, 239–256, 2008.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

HASSAN, R. **The Information Society: Cyber Dreams and Digital Nightmares.** Cambridge: Polity Press, 2008.

HASSANI, S.N. Locating digital divides at home, work, and everywhere else. **Poetics**. V. 34, N. 4-5, 250–272, 2006.

HINDMAN, M. **The Myth of Digital Democracy.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

HOWARD, P.N. Testing the Leap-Frog Hypothesis: The Impact of Existing Infrastructure and Telecommunications Policy on the Global Digital Divide. **Information, Communication and Society**. V. 10, N. 2, 133–157.

JARVIS, J. iPad Danger: App v. Web, Consumer v. Creator. **Buzzmachine**, April 4, 2010.

JENKINS, H. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide.** New York: New York University Press, 2006.

JENNINGS, M.K.; ZEITNER, V. Internet Use and Civic Engagement. **Public Opinion Quarterly**, 673, 311–334, 2003.

JONES, S.; JOHNSON-YALE, C.; MILLERMAIER, S.; PÉREZ, F.S. US College Students' Internet Use: Race, Gender and Digital Divides. **Journal of Computer-Mediated Communication**. V. 14, N. 2, 244–264, 2009.

LENHART, A.; MADDEN, M.; MACGILL, A.; SMITH, A. **Teens and Social media.** Pew Research Internet Project, December 19, 2007.

MARGOLIS, M.; RESNICK, D. **Politics as Usual: The Cyberspace 'Revolution.'** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2000.

MARSHALL, T.H. **Citizenship and Social Class and Other Essays.** Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MARTIN, S.P.; ROBINSON, J.P. The Income Digital Divide: Trends and Predictions for Levels of Internet Use. **Social Problems**. V. 54, N. 1, 1–22, 2007.

MCCHESENEY, R. **Digital Disconnect: How Capitalism is Turning the Internet Against Democracy.** New York: New Press, 2013.

MCKUSICK, M.K. Twenty Years of Berkeley Unix:

From AT&T-Owned to Freely Redistributable. In: **Open Sources: Voices from the Open Source Revolution.** Malvern, PA: Free Software Foundation, 1998, p. 31-46.

MERRY, M.K. Interest Group Activism on the Web: The Case of Environmental Organizations. **Journal of Information Technology and Politics**. V. 8, N. 1, 110–128, 2011.

MOROZOV, E. **Net Delusion.** London: Allen Lane, Penguin Books, 2011.

MOSSBERGER, K.; TOLBERT, C.J.; MCNEAL, R.S. **Digital Citizenship: The Internet, Society, and Participation.** Cambridge, MA: MIT Press, 2008a.

MOSSBERGER, K.; TOLBERT, C.J.; MCNEAL, R.S. Digital Citizenship: The Internet, Society and Participation. **Journal of the American Society for Information**. V. 59, 2008b.

MOSSBERGER, K.; TOLBERT, C.J.; STANSBURY, M. **Virtual Inequality: Beyond the Digital Divide, American Governance and Public Policy.** Washington, DC: Georgetown University Press, 2003.

NEGROPONTE, N. **Being Digital.** New York: Random House, 1995.

NEUMAN, R.W.; BIMBER, B.; HINDMAN, M. The Internet and Four Dimensions of Citizenship. In: **Oxford Handbook of American Public Opinion and Media** Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 22-42.

NORRIS, P. **Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide.** Communication, Society and Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PICKERILL, J. **Cyberprotest: Environmental Activism On-line.** Manchester: Manchester University Press, 2003.

POOL, I. de S. **Technologies of Freedom.** Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1983.

RAINE, L.; WELLMAN, B. **Networked: The New Social Operating System.** Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

RHEINGOLD, H. **The Virtual Community: Finding Connection in a Computerized World.** Boston, MA: Addison- Wesley, 1993.

RITZER, G.; JURGENSON, N. Production, Consumption, Prosumption: The Nature of Capitalism in the Age of the Digital 'Prosumer'. **Journal of Consumer Culture.** V. 10, N. 1, 13–36, 2010.

ROBINSON, L. A Taste for the Necessary. **Information, Communication and Society.** V. 12, N. 4, 488–507, 2009.

ROGERS, E. **The Diffusion of Innovations.** New York: Simon & Schuster, 1962.

SCHATTSCHEIDER, E.E. **The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America.** New York: Holt, Rinehart & Winston, 1960.

SCHLOZMAN, K.L.; VERBA, S.; BRADY, H.E. Weapon of the strong? Participatory Inequality and the Internet. **Perspectives on Politics.** V. 8, N. 2, 487–509, 2010.

SCHLOZMAN, K.L.; VERBA, S.; BRADY, H.E. **The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

SCHRADIE, J. The Digital Production Gap: The Digital Divide and Web 2.0 Collide. **Poetics.** V. 39, N. 2, p. 145–168, 2011.

SCHRADIE, J. The Trend of Class, Race, and Ethnicity in Social Media Inequality: Who Still Can't Afford to Blog? **Information, Communication and Society.** V. 15, N. 4, 555–571, 2012.

SCHRADIE, J. The Digital Activism Divide: Social Media, Social Movements and Social Class. **American Sociological Association Annual Meeting,** New York, 2013.

SIMS, C. From Differentiated Use to Differentiating

Practices: Negotiating Legitimate Participation and the Production of Privileged Identities. **Information, Communication and Society.** V. 17, N. 6, 670–682, 2014.

SMITH, A. **Civic Engagement in the Digital Age.** Pew Research Internet Project. Washington, DC, 2013, April 25.

SOMERS, M. **Genealogies of Citizenship: Markets, Statelessness, and the Right to have Rights.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TELECOMMUNICATION Development Bureau. **The World in 2013: ICT Facts and Figures.** New York: United Nations, 2013.

TERRANOVA, T. Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy. **Social Text.** V. 18, N. 2, 33–58, 2000.

TICHENOR, P.J.; DONOHUE, G.A.; OLIEN, C.N. Mass Media Flow and Differential Growth in Knowledge. **Public Opinion Quarterly.** V. 34, N. 2, 159–170, 1970.

TILLY, C. **Social Movements, 1768–2004.** Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2004.

TOLBERT, C.J.; MCNEAL, R.S. Unraveling the Effects of the Internet on Political Participation? **Political Research Quarterly.** V. 56, N. 2, 175–185, 2003.

TUGAL, C. 'Serbest Meslek Sahibi': Neoliberal Subjectivity among Istanbul's Popular Sectors. **New Perspectives on Turkey.** V. 46, 65–93, 2012.

TURNER, F. **From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism.** Chicago, IL: University of Chicago Press, 2006.

DEURSEN, A.J.A.M.; VAN DIJK, J.A.G.M. Internet Skills and the Digital Divide. **New Media and Society.** V. 13, N. 6, 893–911, 2011.

VAN DIJK, J.A.G.M. **The Deepening Divide: Inequality in the Information Society.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2005.

VAN LAER, J. Activists On-line and Off-line: The Internet as an Information Channel for Protest Demonstrations. **Mobilization: An International Quarterly.** V. 15, N. 3, 347–366, 2010.

WARE, B.; GRIMES, J. Counterhegemonic Discourses and the Internet. **Geographical Review,** 87(April), 259–274, 1997.

WINNER, L. Do Artifacts Have Politics? **Daedalus.** V. 109, N. 1, 121–136, 1980.

WITTE, J.; MANNON, S. **The Internet and Social Inequalities.** New York: Routledge, 2010.

YOUMANS, W.L.; YORK, J.C. Social Media and the Activist Toolkit: User Agreements, Corporate Interests, and the Information Infrastructure of Modern Social Movements. **Journal of Communication.** V. 62, 315–329, 2012.

ZICKUHR, K.; SMITH, A. **Digital Differences.** Pew Internet and American Life Project, April 13. Washington, DC, 2012.

Recebido_25 de junho de 2016
Aprovado_26 de agosto de 2016